

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ECONOMIA E CULTURA

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas nove horas, reuniu no Teatro do Campo Alegre, o Conselho Municipal de Economia, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I; o Conselho Municipal de Cultura, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo II, devidamente convocados para o efeito.

O Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite cumprimentou todos os presentes e agradeceu a sua presença.

O Presidente da CMP, Rui Moreira deu início à reunião, apresentando os seus cumprimentos e agradecendo a presença de todos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. A Economia da Cultura

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que entenderam que era importante juntar os conselheiros das áreas da Economia e da Cultura, pois são duas áreas que se entrelaçam. Referiu que o objetivo desta reunião é fazerem uma discussão sobre o papel da Cultura na Economia e os caminhos que podem e devem ser trilhados; posteriormente abordarão o caso específico do Coliseu do Porto.

Afirmou que a atividade cultural da CMP decorre de uma estratégia pensada há uns anos, foi estruturada com o Dr. Paulo Cunha e Silva e assenta em alguns pressupostos, que considera importante visitar. Disse que aquilo que encontraram na época foi uma Cidade em que havia Cultura, mas o Município tinha-se distanciado de muitas atividades culturais pertinentes e esta foi desde o início uma situação que queriam reverter. Sublinhou que sabiam que não competia à CMP substituir os agentes culturais existentes, o que pretendiam era normalizar as relações com essas instituições, considerando a sua importância para a Cidade e visitar alguns dos equipamentos que, por uma razão ou por outra, estavam esquecidos, fechados ou entregues a instituições privadas. Referiu-se ao Teatro Rivoli que tem a sua extensão no Teatro do Campo Alegre, que, como podem verificar, está em pleno funcionamento.

Realçou o défice que existia no cinema no Porto, salientando que o Cinema da Batalha é um polo fundamental que está a ser trabalhado. Assinalou que o cinema voltou ao centro da Cidade, deixando de estar confinado a centros comerciais.

Salientou a existência de público para estas estruturas, ao contrário daquilo que se pensava. Referiu-se ao projeto específico para a Galeria Municipal e a outros projetos como o projeto "Cultura em Expansão". Acrescentou que o objetivo do "Cultura em Expansão" é envolver a comunidade e as entidades locais. Sublinhou que em breve anunciarão o projeto "Museu da Cidade".

Afirmou que aquilo que estes projetos representam no Orçamento Municipal tem vindo a crescer aos poucos apesar de o próprio Orçamento Municipal ser diferente daquilo que era. Explicou que estão a falar de um Orçamento que cresceu mais de 50% desde que o atual Executivo tomou posse. Disse que têm sido alocados à Cultura verbas crescentes relativamente ao Orçamento Municipal e acredita que estão a chegar ao limite daquilo que é aceitável pela população, ou seja, considerando a Cultura com todas as suas atividades estão a falar de percentagens entre os 6% e 7%, dependendo dos critérios. Sublinhou que esta situação coloca um desafio, ou seja, têm de ser capazes de, com estes recursos, continuar a desenvolver as atuais atividades e se possível desenvolver novas atividades.

Afirmou que a Cultura é um bem importante mas aconselhou prudência.

Sugeriu uma discussão sobre de que forma podem configurar o futuro; onde é que a CMP tem tido ações positivas; onde é que a Câmara não tem estado bem; e se existem vetores que a Câmara deve desenvolver.

O representante da Casa da Música, Paulo Sarmento e Cunha disse que é evidente o contributo que a ação da CMP tem dado à Cidade através da Cultura.

Sugeriu uma reflexão sobre o papel que a Educação Artística tem contribuído para o setor da Cultura. Referiu que, no caso da Casa da Música, a situação é absolutamente diferente hoje, 15 anos depois da abertura, daquela que se vivia na abertura. Lembrou que quando começou a trabalhar na Casa da Música faziam audições no centro da Europa para cativar músicos para a Casa da Música, pois não conseguiam contratar um único músico português. Continuou dizendo que atualmente fazem audições em Portugal e a par dos melhores músicos estão músicos portugueses; isto resulta de um investimento enorme que tem sido feito na Educação Artística. Sublinhou que é um orgulho saber que os músicos portugueses estão nas melhores orquestras e também que a educação artística melhorou muito.

Apelou à CMP para investir no estímulo à criação artística.

Realçou a importância da ligação às escolas

A representante da Associação de Comerciantes do Porto, Anabela Barbatto agradeceu a parceria que tem sido desenvolvida entre a CMP e a Associação de Comerciantes do Porto, que passa pela Cultura e por atividades culturais no âmbito empresarial e comercial.

Disse que a Cultura é um termo muito amplo, com muita diversidade e não se deve criar estereótipos daquilo que é e daquilo que não é cultura.

Na sua opinião, quando se cultiva desde tenra idade o gosto por atividades culturais estão a criar adultos que percebam que a Cultura é uma necessidade nas suas vidas. Realçou a importância de apostar na Cultura nas escolas e neste âmbito a Câmara poderá ter um papel muito ativo.

A representante do Conselho Municipal da Cultura, Regina Guimarães afirmou que a Cultura é algo muito abrangente.

Na sua opinião, o Projeto "Cultura em Expansão" é muito importante e como se trata de um Projeto reconduzido pode ser aperfeiçoado e diversificado.

Considerou que a Cidade do Porto, no quadro do Projeto "Cultura em Expansão", deve agir e fazer chegar às pessoas informações sobre o que foram as derivas populistas na Europa, o que foi o fascismo e o que foi o nazismo.

Lançou um desafio às pessoas ligadas à Cultura o de criar um projeto de informação pública nas ruas.

Disse que à medida que as escolas artísticas vão produzindo pessoas com formação e à medida que elas vão sendo colocadas no mercado de trabalho, a Cidade evolui.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, a propósito das Celebrações de 1820, a Cidade tem já um projeto e esta será a grande oportunidade para explicarem aos cidadãos o valor e importância da liberdade.

Relativamente aos programas culturais, disse que têm sido dados apoios através de contratos-programa à Casa da Música, a Serralves e a outras instituições.

Realçou o papel dos agrupamentos escolares, especialmente o Agrupamento Escolar do Cerco, cuja Direção acompanha a visão da Câmara.

Referiu que têm tentado, através das atividades extracurriculares, fomentar questões na área da Cultura.

Deu nota de que a CMP tem tentado resolver o problema do Centro Comercial STOP, porque esta é uma fonte de atividade que gostariam de preservar.

Acrescentou que estão a reconstruir uma escola com o objetivo de permitir que alguns dos agentes culturais da Cidade possam aí exercer a sua atividade.

Anunciou que a CMP vai ceder a Escola António Aroso ao Teatro Experimental do Porto.

Afirmou que alguns espaços informais da Cidade que antes eram facilmente acessíveis, atualmente o não são. Sublinhou que hoje não há espaços vazios na Cidade.

Disse que se verifica atualmente que o rendimento disponível das famílias não tem crescido à velocidade que tem crescido o custo da propriedade.

O Diretor Artístico de Arte Contemporânea e Cinema da ÁGORA, EM, Guilherme Blanc deu nota da novidade que foi introduzida no Programa Criatório.

Referiu-se à dificuldade de permanência do tecido artístico mais vulnerável na Cidade, que está relacionada com o crescimento exponencial do custo das rendas e do custo no centro da Cidade.

Informou que o Criatório teve, este ano, uma evolução muito significativa. Disse que, paralelamente às 16 bolsas que foram atribuídas à criação artística direta, foi criada uma linha de financiamento paralela, atribuindo 10 bolsas a espaços de programação da Cidade.

Explicou que estão a atribuir um apoio direto à operação, ou seja, os 15 mil euros que atribuíram a estes espaços podem ser destinados a rendas, a recursos humanos, a água, a eletricidade, entre outros.

Deu nota de que o concurso já terminou e houve 12 candidaturas para 10 bolsas.

Realçou o programa de financiamento a projetos de residência artística em espaços que podem acomodar artistas, que já existe há 3 anos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira referiu que o ano passado foi o primeiro ano em que foram atribuídos 400 mil euros ao Fundo do Associativismo, verba que será dobrada este ano. Deu nota de que muitas das candidaturas estão relacionadas com as necessidades primárias do movimento associativo. Sublinhou que o Fundo do Associativismo representa a vontade de se avançar mais naquilo que era feito tradicionalmente.

O representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Orfeu Bertolami afirmou que ficou bastante agradado com a discussão que ocorreu em torno do papel e da importância da Educação.

Elogiou o logo "Porto.", mas sugeriu acrescentar "Cidade da Cultura", porque o Porto começa a afirmar-se como uma Cidade da Cultura.

Considerou importante apostar na componente da Cultura na área do Turismo.

O membro do Conselho Municipal de Cultura, Joaquim Moreno disse que existe uma Cultura elementar que é o cultivo, que é a agricultura. Afirmou que todos concordam que a Cultura é um horizonte partilhado, também todos devem concordar que relacionar a Cultura com a alimentação e com a ecologia é igualmente um horizonte partilhado.

Mostrou-se bastante agradado com o facto de se preservar a função de mercado de frescos no Mercado do Bolhão.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira afirmou que a decisão de manter o Mercado do Bolhão como um mercado público de frescos é uma decisão política de ordem cultural.

Concordou com a afirmação de que aquilo que está a ser salvaguardado é o património imaterial.

O Vereador dos Pelouros da Economia, Turismo, Comércio e Gestão de Fundos Comunitários, Ricardo Valente afirmou que a Cidade do Porto tem um patamar único do ponto de vista da governância da Cidade com o investimento na Cultura. Na sua perspetiva, o investimento da Cidade na Cultura é bem maior que os 7,5%. Sublinhou que os gastos em Cultura em termos funcionais para 2020 rondam os 20,9 milhões de euros, ou seja, 10% da receita

corrente. Considerou que este é um esforço relevante do Município e uma situação ímpar do ponto de vista nacional e internacional.

Considerou que a Cultura é o cimento da Cidade, que permite qualificar a Cidade e atrair talento e turismo para o Porto. Acrescentou que é a Cultura que dá contexto a uma cidade em muitas das suas vertentes económicas, nomeadamente no turismo.

Referiu que o Mundo está em retração do ponto de vista do turismo e Portugal terá já em 2020 taxas negativas, mas a Região do Porto e Norte terá, em termos prospetivos, um aumento de reservas na ordem dos 20% nos próximos 6 meses.

Disse que acredita que os turistas já procuram o contexto da Cultura quando visitam o Porto.

O membro do Conselho Municipal de Cultura, Daniel Pires alertou para o desaparecimento dos clubes da Cidade que faziam música ao vivo. Na sua opinião, a música ao vivo acabou devido à falta de espaços e aos custos dos mesmos.

Alertou para a necessidade de Portugal criar uma associação de casas da música ao vivo. Referiu que existe uma bolsa europeia de cerca de 6 milhões de euros para a música e considera que esta é uma oportunidade bastante importante.

Disse que os limitadores de som liquidaram os clubes de música, pois regulam a música gravada mas não regulam um instrumento musical.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira afirmou que a maior ameaça ao "STOP" são os problemas de vizinhança. Explicou que a CMP tem tentado mediar as reclamações da vizinhança. Realçou o excelente trabalho de persuasão da população que tem sido feito com a Movida. Disse que o projeto "STOP" não irá terminar por falta de apoio da CMP, mas pode terminar devido às circunstâncias relacionadas com as queixas da vizinhança.

O Diretor Artístico do Museu da Cidade, Nuno Faria disse que, na nova dinâmica e no novo formato da rede de equipamentos do Museu da Cidade, será criado um equipamento na Quinta da Bonjónia, cujo programa é o "Boca a Boca" que se pretende que seja um museu vivo onde serão articuladas as questões da agricultura e da alimentação. Deu nota de que, antes de o museu nascer, surgirão algumas extensões ligadas às áreas referidas, que alimentarão o museu. Considerou muito fecunda a relação que se pode estabelecer entre o mercado e o museu. Referiu que o projeto mencionado pode vir a ser muito importante na literacia do gosto, no duplo sentido do termo

A Diretora Geral da Unidade Orgânica da Cultura da ÁGORA, EM, Francisca Fernandes considerou que a discussão de ideias deve ser valorizada e é bastante positiva.

Considerou importante o investimento não só ao nível material e mensurável, mas também o investimento na procura de cobrir todas as áreas e de procurar ajudar todos os agentes. Disse que é importante ver o investimento que existe na Cultura como veículo para outras situações,

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, sobre essa matéria, há um custo muito elevado relacionado com o direito de imagem. Deu nota da experiência com o Fórum do Futuro.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Bruno Carvalho disse que é evidente que esse problema existe. Sugeriu que cada um tivesse o seu próprio conteúdo e a plataforma seria um contentor, cujo custo seria extremamente barato.

O membro do Conselho Municipal de Economia, José Carlos Caldeira considerou que o que foi feito na CMP, nos últimos anos, foi fundamental para mostrar a todos que o investimento na Cultura e a própria Cultura tem um impacto económico.

Na sua opinião, a CMP está numa posição privilegiada para preparar alterações futuras, como seja sensibilizar as atividades económicas para que elas contribuam de uma forma mais intensa para a Cultura.

Perguntou qual o valor que as atividades económicas investem na Cultura.

Afirmou que o ambiente cultural é muito importante para atrair estudantes e investigadores.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira referiu, sobre o mecenato, que a Empresa Municipal Ágora está a trabalhar nesta questão. Sublinhou que a CMP não tem tido sucesso nas tentativas iniciais de obter mecenas. Disse que este problema reside ainda na necessidade que instituições, como a Casa da Música ou Serralves, têm de procurar mecenas. Explicou que a CMP não tem sido excessivamente proactiva nessa matéria porque considera que não seria legítimo concorrer com os agentes privados da Cidade. Na sua opinião, seria útil pedir à Faculdade de Economia para elaborar um estudo para fazer uma avaliação sobre a evolução do mecenato.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Manuel de Novaes Cabral considerou que esta reunião conjunta demonstra o que tem sido a visão estratégica do Executivo.

Referiu-se à afirmação do Porto como *hub* da Região e para além dela; e à afirmação do Porto enquanto centralidade.

Salientou a importância das pessoas e a importância da Educação, e este é o único caminho para a afirmação da identidade da Cidade. Disse que a identidade da Cidade é absolutamente determinante para os aspetos já referidos, relacionados com o turismo.

Afirmou que a Cultura é um dos termos mais complexos e, na sua opinião, a cultura patrimonial e a cultura animação têm de ser sempre tratados e desenvolvidos em paralelo, porque sem património não há identidade e sem animação não há alegria na Cidade.

Referiu o vasto conjunto de agentes culturais que a Cidade tem, privados e públicos, de grande e pequena dimensão e considera que só com a complementaridade e o "fazer rede" na Cidade entre as diferentes instituições é possível haver o planeamento, a programação e a promoção conjunta, o que permite uma maior amplitude daquilo que é a atividade de cada um.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, sobre essa matéria, há um custo muito elevado relacionado com o direito de imagem. Deu nota da experiência com o Fórum do Futuro.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Bruno Carvalho disse que é evidente que esse problema existe. Sugeriu que cada um tivesse o seu próprio conteúdo e a plataforma seria um contentor, cujo custo seria extremamente barato.

O membro do Conselho Municipal de Economia, José Carlos Caldeira considerou que o que foi feito na CMP, nos últimos anos, foi fundamental para mostrar a todos que o investimento na Cultura e a própria Cultura tem um impacto económico.

Na sua opinião, a CMP está numa posição privilegiada para preparar alterações futuras, como seja sensibilizar as atividades económicas para que elas contribuam de uma forma mais intensa para a Cultura.

Perguntou qual o valor que as atividades económicas investem na Cultura.

Afirmou que o ambiente cultural é muito importante para atrair estudantes e investigadores.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira referiu, sobre o mecenato, que a Empresa Municipal Ágora está a trabalhar nesta questão. Sublinhou que a CMP não tem tido sucesso nas tentativas iniciais de obter mecenas. Disse que este problema reside ainda na necessidade que instituições, como a Casa da Música ou Serralves, têm de procurar mecenas. Explicou que a CMP não tem sido excessivamente proactiva nessa matéria porque considera que não seria legítimo concorrer com os agentes privados da Cidade. Na sua opinião, seria útil pedir à Faculdade de Economia para elaborar um estudo para fazer uma avaliação sobre a evolução do mecenato.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Manuel de Novaes Cabral considerou que esta reunião conjunta demonstra o que tem sido a visão estratégica do Executivo.

Referiu-se à afirmação do Porto como *hub* da Região e para além dela; e à afirmação do Porto enquanto centralidade.

Salientou a importância das pessoas e a importância da Educação, e este é o único caminho para a afirmação da identidade da Cidade. Disse que a identidade da Cidade é absolutamente determinante para os aspetos já referidos, relacionados com o turismo.

Afirmou que a Cultura é um dos termos mais complexos e, na sua opinião, a cultura patrimonial e a cultura animação têm de ser sempre tratados e desenvolvidos em paralelo, porque sem património não há identidade e sem animação não há alegria na Cidade.

Referiu o vasto conjunto de agentes culturais que a Cidade tem, privados e públicos, de grande e pequena dimensão e considera que só com a complementaridade e o "fazer rede" na Cidade entre as diferentes instituições é possível haver o planeamento, a programação e a promoção conjunta, o que permite uma maior amplitude daquilo que é a atividade de cada um.

O membro do Conselho Municipal de Cultura, Regina Guimarães disse que o Porto pode reinventar uma Cultura de Cidade, da qual faz parte um espaço partilhado por muitas pessoas. Afirmou que poderia ser feito um esforço no sentido de os números serem falados de uma outra forma, de uma forma mais verdadeira, pois considera que é muito fácil enganar com números as pessoas menos informadas.

2. O Caso do Coliseu

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que o Coliseu é um símbolo da Cidade, é um edifício único e uma instituição que presta um serviço público na área da Cultura, do espetáculo, que há já muitos anos acolhe artistas de renome. Sublinhou que o Coliseu surgiu pelas mãos de um homem que sonhou grande e que construiu algo que dedicou à Cidade.

Referiu que o Coliseu pertence hoje a uma estrutura que se chama Associação dos Amigos do Coliseu do Porto, que tem como associados o Estado Português, através do Ministério da Cultura; o Município do Porto; e a Área Metropolitana do Porto. Sublinhou que se juntou a estes um parceiro privado, a AGEAS, que hoje dá o nome ao Coliseu. Acrescentou que existem depois um conjunto significativo de empresas, coletividades e de pessoas individuais que são os amigos do Coliseu.

Afirmou que o Coliseu tem conseguido viver mas precisa de obras. Referiu que a Associação dos Amigos do Coliseu encomendou um estudo de patologia que é conhecido e que confirma tudo o que se suponha. Deu conta de que o estudo indica a necessidade imperiosa e urgente de ser feito um investimento significativo, algo que a Associação dos Amigos do Coliseu não consegue libertar através dos recursos de que dispõe nem através do mecenato com a AGEAS.

Realçou que esta situação preocupa o Governo, a Ministra da Cultura, o Presidente da CMP e o Presidente da Área Metropolitana.

Esclareceu que a CMP, sendo sócia da Associação dos Amigos do Coliseu, não pode subsidiar legalmente a Associação, ou seja, a CMP não pode ser “dono de obra” ou subsidiar o Coliseu.

Sublinhou que a CMP não é exclusivamente responsável, mas a Câmara deve assumir em relação a esta matéria uma posição mais relevante do que a sua participação na Associação Amigos do Coliseu. Disse que a Câmara admitiu, a determinada altura, que seria possível assumir um papel diferente, ou seja, haveria um trespasse de atividade da Associação Amigos do Coliseu à Câmara, que enquanto inquilino teria a possibilidade de garantir os postos de trabalho durante a fase de obra e permitiria fazer a obra pertinente e necessária para garantir o funcionamento do Coliseu. Sublinhou que esta situação implicaria que a atividade cultural do Coliseu passasse a ser determinada pela Câmara; e implicaria que se encontrassem formas de financiamento, que imaginavam no âmbito do Portugal 2020. Deu nota de que esta solução foi avaliada pela Associação Amigos do Coliseu e foi aceite, mas começou a ouvir-se na Cidade que a Câmara estava a ter uma visão tentacular em relação a este equipamento. Sublinhou que a CMP não quer

ter uma visão tentacular em relação aos equipamentos, como o demonstrou em relação ao Teatro de Sá da Bandeira.

Disse que, entretanto, se concluiu que não existiam verbas do Portugal 2020. Sublinhou que perante esse cenário desenvolveu vários contactos com a Senhora Ministra da Cultura, o Senhor Primeiro Ministro e com a Área Metropolitana do Porto para se tentar encontrar uma solução.

Afirmou que a Cidade quer que o Coliseu continue de portas abertas, que mantenha a sua atividade e o seu caráter independente, e isto só é possível se houver obras de conservação a curto prazo.

Disse que quer colocar à consideração dos conselheiros o modelo que reúne o consenso do Governo, da Área Metropolitana e da CMP. Explicou que o modelo propõe lançar um concurso público para a concessão do Coliseu do Porto por um período a definir. Leu a proposta da Câmara:

“ 1. Que nesse concurso público se selecione o melhor projeto para levar a cabo as referidas obras de reabilitação, projeto esse que, no mínimo, garanta a correção das patologias identificadas no estudo já mencionado.

2. Que o vencedor desse concurso público venha a adquirir o direito de tomar de arrendamento o edifício, assegurando o funcionamento do mesmo, nos termos do contrato de arrendamento.

3. Que esse arrendatário deve desenvolver atividades de natureza cultural que contribuam, designadamente, para que o Coliseu do Porto continue a ser um polo de forte atração cultural e um espaço capaz de gerar uma dinâmica inovadora e de atrair públicos diversos mantendo a polivalência funcional e programática que lhe é própria.

4. A futura programação do Coliseu do Porto passe por traduzir um projeto artístico de qualidade, com identidade própria, vocacionado para o grande público e que seja capaz de contribuir para o enriquecimento e diversificação da oferta cultural no domínio das artes do espetáculo na Cidade, incluindo a articulação com os demais equipamentos públicos e privados da Cidade.

5. Garantindo que a Associação dos Amigos dos Coliseu do Porto manterá o direito de utilização da sala, num número de dias a definir, para a sua programação própria.

6. Sendo salvaguardados os termos do Contrato de Patrocínio com a AGEAS Seguros, cuja verba deverá continuar a reverter a favor da Associação.

7. Deverá ser assegurado que a Associação dos Amigos do Coliseu do Porto continua a dispor de instalações para o seu funcionamento e para a sua sede social, devendo também ser garantida a assunção pelo arrendatário das obrigações com os recursos humanos da Associação.

8. Deverá ser criada uma comissão de acompanhamento para a preparação do caderno de encargos do concurso público.”

Afirmou que a Associação Amigos do Coliseu continuará a ser proprietária do edifício, continuando a ter os direitos para ocupar o espaço que doravante passará a ser concessionado. Acrescentou que poderá continuar a ter uma atividade própria, sendo que isso lhe será atribuído através da garantia de dias de utilização com os recursos que poderá obter quer da bilheteira quer dos recursos que resultam do contrato mecenático com a AGEAS.

O representante do Conselho Municipal de Cultura, Joaquim Moreno perguntou se as Faculdades de Engenharia e Arquitetura se podem associar à CMP e concorrer a este concurso ou o concurso tem de ser estritamente empresarial.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira esclareceu que qualquer entidade pode concorrer neste tipo de concursos. Deu nota de que a Associação Comercial do Porto tem demonstrado grande empenho na procura de soluções para o Coliseu do Porto.

Referiu que o estudo das patologias foi feito pelo Instituto da Construção, que está ligado à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Acrescentou que o estudo demonstra que as preocupações de todos eram fundamentadas e aponta o caminho mínimo. Disse que o modelo irá depender do concorrente ou concorrentes.

O representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Orfeu Bertolami perguntou qual o montante mínimo ao nível do caderno de encargos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira esclareceu que o estudo da patologia, promovido pelo Prof. Vasco Freitas, apontou para um valor de 8,5 milhões de euros, apenas para a correção de patologias, colocando de parte um possível enriquecimento do edifício. Referiu que o investimento será entre 9 a 12 milhões de euros, dependendo daquilo que será feito.

Afirmou que este modelo é semelhante, por exemplo, ao que foi seguido no Capitólio, em Lisboa; contudo, no caso do Capitólio, sendo um edifício municipal, a Câmara Municipal de Lisboa antecipou as obras e só depois concessionou. Acrescentou que o Coliseu não sendo um edifício da CMP, o modelo deverá ser mais próximo do modelo seguido no Pavilhão Rosa Mota.

O representante da Casa da Música, Paulo Sarmiento e Cunha disse que o processo do Mercado do Bolhão que tem uma mais-valia que reforça o sucesso do Bolhão, desde que se mantenha aquele contexto e aquela comunidade, ou seja o "ecossistema"; considerou que é muito difícil mantê-lo e muito fácil perturbá-lo. Referiu que a transferência do Mercado do Bolhão para outro local tinha inúmeros riscos, mas hoje percebe-se que o ecossistema foi mantido. Deu os parabéns à Câmara por isto.

Do seu ponto de vista, aquilo que acontece no Coliseu é semelhante ao que se passa no Mercado do Bolhão. Disse que o edifício do Coliseu personaliza a comunidade do Porto e existe uma relação muito pessoal com o mesmo. Sublinhou que vê a Associação dos Amigos do Coliseu como uma instituição veículo, porque aquilo que está personalizado no edifício é a sociedade portuense.

Considerou que é importante saber qual o papel que se quer para o Coliseu e só depois se pode encontrar o modelo. Pessoalmente, gostava que o Coliseu fosse a grande sala de visitas da Cidade e da Área Metropolitana do Porto.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira esclareceu que aquilo que se propõe é que o Coliseu continue a ser aquilo que é, ou seja, uma sala de espetáculos, com atividades próprias, com uma agenda “barriga de aluguer” e garantindo que a Associação dos Amigos do Coliseu continue a poder fazer aquilo que já faz.

Afirmou que a Casa da Música, que acolhe um conjunto de concertos e atividades, concorre com o Coliseu.

Relativamente à Área Metropolitana do Porto, esclareceu que todas as tentativas que foram feitas no sentido de reclamar junto de municípios vizinhos uma participação mais ativa, nomeadamente através de programas infantis e sociais, não encontraram eco.

O representante da Casa da Música, Paulo Sarmento e Cunha disse que sente que existe uma grande complementaridade entre aquilo que a Casa da Música faz e aquilo que o Coliseu faz.

Considerou que o ideal era ser a Associação dos Amigos do Coliseu o tomador dos 12 milhões de euros e estar dotada de meios para gerir a verba.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que tem esperança que algumas instituições da Cidade, principalmente aquelas que se tanto se têm empenhado no Coliseu, possam interessar-se pela questão.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Maria do Carmo Guedes de Oliveira disse que todos concordam que é fundamental encontrar uma solução para o Coliseu. Referiu que, analisando os resultados do Coliseu, não consegue perceber como é que se retira rentabilidade de um investimento de 12 milhões de euros. Sublinhou que o Coliseu tem gerado receitas para se manter mas não para fazer um investimento e muito menos dessa dimensão. Acrescentou que teme que o concurso venha a ficar vazio.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira afirmou que está convencido que haverá interessados, tendo em conta a dimensão e a capacidade da sala. Acrescentou que pode aquilo que pode acontecer é haver necessidade de haver uma extensão de prazo.

Recordou que o Executivo anterior gastou mais de 1,2 milhões de euros na obra de reabilitação do Palácio de Cristal; projeto que considera que não serviu de nada e que encontrou nos ativos da PortoLazer (Ágora). Acrescentou que, durante 15 anos, se disse que seria impossível encontrar um modelo económico para o Palácio de Cristal. Reforçou que o concurso foi lançado, surgiram interessados, o concurso foi adjudicado e a CMP conseguiu uma receita de 4,8 milhões de euros, sem qualquer despesa.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Luís Reis perguntou se a CMP pode e se tem intenção de ter algum papel no futuro concurso que venha a ser lançado.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira respondeu que não, a menos que seja desafiada por terceiros num eventual consórcio. Reforçou que a CMP não quer ter uma posição tutelar relativa àquele equipamento.

O membro do Conselho Municipal de Cultura, Vânia Rodrigues pediu um esclarecimento relativo ao racional que levou à evolução das possibilidades de intervenção da CMP nesta matéria, de um altura em que se considerava o trespasse para a empresa municipal até ao momento em que se considerou esta solução de concurso público.

Na perspetiva do concurso público e na hipótese de um consórcio diverso em que a CMP pondere participar, salientou a importância de uma discussão sobre questões de proporcionalidade e de retorno; de proporcionalidade relativamente ao Orçamento global que a CMP investe na Cultura e de retorno no sentido de perceber quais são os mecanismos de retorno.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira esclareceu que se abandonou o primeiro modelo porque este pressupõe a existência de fundos comunitários disponíveis que acabaram por não se concretizar. Afirmou que também se aperceberam que na Cidade havia o receio de que houvesse uma posição excessivamente tentacular por parte do Município do Porto. Considerou, no sentido conceptual, que seria mais perigoso ser a CMP a ficar com o equipamento.

O Chefe do Gabinete da Presidência, Nuno Santos disse que os três associados de referência estão a impulsionar o que será o caderno de encargos e considera útil que se mantenham envolvidos na elaboração do mesmo de forma a assegurar os desígnios públicos que se pretendem atingir com o Coliseu.

Afirmou que se a CMP, o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto participarem ativamente na elaboração do caderno de encargos, juntamente com a Associação dos Amigos do Coliseu, isto impede, do ponto de vista jurídico, que qualquer uma destas entidades faça parte de qualquer consórcio concorrente.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a CMP pode determinar, em conjunto com os outros *stakeholders* e através da resolução da Assembleia Geral da Associação dos Amigos do Coliseu, condições base do concurso.

Sublinhou que este modelo dá mais garantias relativamente à vocação final ou futura do Coliseu, do que o modelo de trespasse para a CMP ou para a Área Metropolitana do Porto.

O membro do Conselho Municipal de Economia, Luís Filipe Reis disse que o modelo de garantia que o Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira, mencionou, é essencial na comunicação do lançamento do caderno de encargos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira afirmou que a vocação tem de estar definida. Deu o exemplo daquilo que aconteceu com o Capitólio em Lisboa, dizendo que vão ter em conta os passos seguidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

O membro do Conselho Municipal de Cultura, Regina Guimarães disse que uma associação é algo frágil. Lembrou que o anterior Executivo acabou com a Culturporto de um minuto para o outro. Referiu que não duvida das boas intenções da CMP, mas blindar essa associação ou algo no projeto vai ser muito importante.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a Culturporto não tinha a diversidade de participantes que tem a Associação dos Amigos do Coliseu.

O representante do Coliseu do Porto, Eduardo Paz Barroso disse que, no final de 2014, o Coliseu encontrava-se numa situação em que nem sequer não havia dinheiro para pagar aos funcionários.

Deu nota de que desde o primeiro momento existiu um empenho e suporte político-institucional por parte do Município do Porto, que se manteve ao longo dos anos. Referiu que num primeiro ciclo as circunstâncias eram mais complexas do ponto de vista de gestão, do relançamento da atividade e da inter-relação deste Coliseu da Cidade com os seus públicos, os seus artistas e com os seus diferentes protagonistas.

Disse que tem sido feito, com os poucos recursos que têm, imenso investimento para reverter situações de crise nas diversas patologias do Coliseu desde 2015. Elogiou o empenho de João Serrenho.

Afirmou que, quando chegou ao Coliseu, estava longe de imaginar que estaria durante tanto tempo preocupado com o dinheiro para os salários; preocupado em que houvessem condições de trabalho; preocupado em fazer gestão de recursos humanos.

Sublinhou que procurou, na relação de comunicação e *rebranding* do Coliseu, trazer mais promotores de espetáculos e transformar o Coliseu numa instituição em articulação com o Ministério da Cultura e o apoio da CMP.

Afirmou que a viabilidade Coliseu do Porto deve continuar a ser assegurada. Enalteceu o facto de os poderes públicos terem escolhido a solução que consideram mais adequada para o Coliseu.

Disse que está disponível para colaborar com as soluções que sejam compatíveis com os vários modelos que a Associação dos Amigos do Coliseu esteja disposta a integrar, continuando a trabalhar em prol do Coliseu.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



(Rui Moreira)

ANEXO I



Conselho Municipal de Economia do Porto / Casa dos 24

4.ª Reunião, de 29/01/2020
Lista de Presenças

Página 1 de 2

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
Pelouros da Economia, Turismo e Comércio e Gestão de Fundos Comunitários	Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	
ACP – Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
ACP – Associação de Comerciantes do Porto	Joel André Azevedo ANABELA BARBATO	
AEP – Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Medeiros	
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Fernando Gaspar Vieira	
AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte	Manuel Joaquim Reis Campos	
AMP – Área Metropolitana do Porto	Lino Ferreira	
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	Trigo Pimentel	
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical	João Torres	
Comunidade Portuária do Douro e Leixões	Joaquim Gonçalves	
IPP – Instituto Politécnico do Porto	João Rocha	



Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24

4.ª Reunião, de 29/01/2020
Lista de Presenças

Página 2 de 2

Equipa Reitoral da U P – Universidade do Porto	Hélder Vasconcelos	
UGT – União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara		
Economista	José Manuel Marques da Silva Lemos	
Gestora de Marketing	Inês Santos Silva	
Diretora Geral do Banco BPI	Mana do Carmo Guedes de Oliveira	PS
Engenheiro	José António Ribera Salcedo	
Vereador (PSD-CMP)	Álvaro Fernando Santos Almeida	
Economista	Bruno António Serzedelo da Costa Carvalho	
Fundador e CEO da Uniplaces	Luis Miguel Gonçalves Vieira Santo Amaro	
Administrador	José Carlos Caldera	
Chief Corporate Center Officer - Sonae	Luis Filipe Reis	
	Manuel de Novaes Cabral	
Presidente do Conselho de Administração da Douro Azul	Mário Nuno dos Santos Ferreira	
Empresário	Vasco Mourão	

Anexo II



Conselho Municipal de Cultura

29 de janeiro de 2020

Página 1 de 3

Lista de Presenças

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Dr. Rui Moreira	
Assembleia Municipal	Dr. Miguel Pereira Leite	
Diretora Municipal da Cultura	Dr.ª Sofia Alves	
Diretor Artístico de Arte Contemporânea e Cinema da ÁGORA, E.M.	Dr. Guilherme Blanc	
Diretor Artístico do Teatro Municipal do Porto	Dr. Tiago Morgado Guedes	
Diretor Artístico do Museu da Cidade	Dr. Nuno Fana	
Diretora Geral da Unidade Orgânica da Cultura da ÁGORA, E.M.	Dr.ª Francisca Fernandes	
Administradora da ÁGORA, E.M.	Dr.ª Ana Cláudia Almeida	
Academia Contemporânea do Espetáculo / Teatro do Bolhão	Dr.ª Glória Cheio	
Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas	Dr. José Emídio	
Balletteatro Escola Profissional	Professora Dra. Manuela Barros	
Casa da Música	Dr. Paulo Sarmiento e Cunha	
Coliseu Porto	Professor Dr. Eduardo Paz Barroso	
Conservatório de Música do Porto	Professor António Moreira Jorge	
Direção Regional de Cultura do Norte	Dr. António Manuel Torres da Ponte	
Escola Artística de Soares dos Reis	Dr. José Casimiro Martins Caldas	









Conselho Municipal de Cultura

29 de janeiro de 2020

Lista de Presenças

Página 2 de 3

Escola das Artes da Universidade Católica	Professor Dr. Nuno Alexandre Coimbra Crespo	
Escola Superior Artística do Porto	Professora Dra. Maria Eduarda Neves	
Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo	Professor Dr. António Augusto Aguiar	
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	Professor Carlos Alberto Esteves Guimarães	
Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	Professora Dra. Lúcia Almeida Matos	
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Professor Dr. Orfeu Bertolami	
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Professor Mário Jorge Lopes Neto Barroca	
Fundação de Serralves	Dr.ª Marta Almeida	
Fundação Manuel António da Mota	Dr. Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto	
Santa Casa da Misericórdia do Porto	Dr. António Tavares	
Teatro Nacional São João	Dr. Pedro Sobrado	
Teatro de Marionetas do Porto	D. Isabel Barros	
Sra. Arq.ª Alexandra Balona de Oliveira		
Sr. Arq. Alexandre Alves Costa		
Sra. Dr.ª Carla Miranda		
Sra. Dr.ª Ana Luisa Amaral		



Conselho Municipal de Cultura

29 de janeiro de 2020

Lista de Presenças

Página 3 de 3

Sra. Dr.ª Catarina Miranda	
Sr. Daniel Pires	
Sr. Dr. Rui Lage	
Sra. Dr.ª Gabriela Vaz-Pinheiro	
Sr. Gonçalo Amorim	
Sr. Arq. Joaquim Moreno	
Sr. Dr. Joel Cleto	
Sra. Dr.ª Luisa Sequeira	
Sr. Manuel Cruz	
Sra. Dr.ª Manuela Matos Monteiro	
Sr. Miguel Guedes	
Sr. Arq. Nuno Centeno	
Sr. Paulo Vinhas	
Sra. Dr.ª Regina Guimarães	
Sra. Dr.ª Susana Ralha	
Sra. Dr.ª Vânia Rodrigues	